

INFORME DIÁRIO JURÍDICO I Número 52 – 20/04/2020

INFORMATIVOS – CORONAVÍRUS

MUNICIPAL

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO DETERMINA OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS FACIAIS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS E ESTABELECIMENTOS - Decreto rio nº 47375 de 18 de abril de 2020

O Decreto nº 47.375, de 13 de abril de 2020, determina a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais não profissionais durante o deslocamento de pessoas em logradouros públicos, bem como durante sua permanência em estabelecimentos públicos e privados, durante a pandemia do coronavírus.

O descumprimento desta obrigação pode acarretar cobrança de multa.

O Decreto entra em vigor na data de sua publicação, isto é, 18.04.20, e sua disposição passa a produzir efeitos após decorridos 5 dias da dita publicação.

PRORROGADA SUSPENSÃO DE PRAZOS PARA LAVRATURA, REGISTRO E CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVOS - Resolução SMF nº 3145 de 17 de abril de 2020

A Resolução SMF nº 3145, de 17 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 20.04.20, prorroga a suspensão de prazos para lavratura, registro e controle de autos de infração administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro por 30 dias, a contar da data de publicação da norma.

A Resolução SMF entra em vigor na data de sua publicação, isto é, 20.04.20.

JUDICIAL

STF MANTÉM POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE SALÁRIOS POR ACORDO INDIVIDUAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA

Em julgamento por videoconferência concluído na sessão extraordinária desta sexta-feira (17), o Plenário negou referendo à liminar concedida no início do mês pelo ministro Ricardo Lewandowski e afastou a necessidade de aval dos sindicatos para o fechamento de tais acordos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a eficácia da regra da Medida Provisória (MP) 936/2020 que autoriza a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho por meio de acordos individuais em razão da pandemia do novo coronavírus, independentemente da anuência dos sindicatos da categoria. Por maioria de votos, em julgamento realizado por videoconferência e concluído nesta sexta-feira (17), o Plenário não referendou a medida cautelar deferida pelo ministro Ricardo Lewandowski na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6363, ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade.

Fonte: STF.

DESTAQUES

FEDERAL

Circular nº 900, de 16 de abril de 2020 - Divulga a versão 10 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Instrução nº 622, de 17 de abril de 2020 - Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2015.

Instrução normativa nº 10, de 17 de abril de 2020 - Estabelece no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento normas, critérios e padrões para o uso sustentável de peixes nativos de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariofilia.

Medida provisória nº 954, de 17 de abril de 2020 - Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Recomendação conjunta nº 1 de 16 de abril de 2020 - Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid19), em todo o território nacional e dá outras providências.

Resolução - RDC nº 373, de 16 de abril de 2020 - Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de

controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.

Resolução - RDC nº 374, de 16 de abril de 2020 - Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, para adequação à Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que altera o prazo de vigência para a Autorização de Funcionamento de Empresas para prestadores de serviço em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e para adequação ao art. 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que estabelece a validade em todo o território nacional da Autorização de Funcionamento de Empresa.

ESTADUAL

Decreto nº 47.037 de 17 de abril de 2020 - Considera facultativo o ponto nas repartições públicas estaduais no dia 22 de abril de 2020, quarta-feira, e dá outras providências.

Decreto nº 47.039 de 17 de abril de 2020 - Determina a realização de ações pelo órgão central de controle interno do poder executivo estadual de avaliação sistemática das despesas e atos decorrentes das medidas de enfrentamento do covid-19, e dá outras providências.

Lei nº 8794 de 17 de abril de 2020 - Reconhece o estado de calamidade pública em virtude da situação de emergência decorrente do novo coronavírus (covid-2019), declarado pelo decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.

Lei nº 8795 de 17 de abril de 2020 - Altera a lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a sujeição passiva nas hipóteses de operações com bens e mercadorias digitais e não digitais e de prestações de serviço de comunicação realizadas por pessoa jurídica detentora de site ou de plataforma eletrônica, e dá outras providências.

Lei nº 8796 de 17 de abril de 2020 - Altera as leis nº 4.534, de 04 de abril de 2005 e nº 7.495, de 05 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o fundo de recuperação econômica de municípios fluminenses e sobre o impedimento de concessão de novos incentivos fiscais ou benefício de natureza tributária de quais decorram renúncias de receitas, novos financiamentos, fomentos econômicos ou investimentos estruturantes a empresas sediadas ou que venham a se instalar no estado do rio de janeiro durante o prazo de fruição do regime de recuperação fiscal que trata a lei complementar federal nº 159/2017, e dá outras providências.

Portaria SUT nº 302 de 16 de abril de 2020 - Fornece dados para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, no período de 20 a 26 de abril de 2020.

MUNICIPAL

Decreto rio nº 47375 de 18 de abril de 2020 - Altera o Decreto Rio nº 47.282 de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, para tornar obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, como medida complementar à redução do contágio pelo Sars-Cov-2, e dá outras providências.

Decreto rio nº 47376 de 18 de abril de 2020 - Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 24 de abril de 2020, e dá outras providências.

Resolução SMF nº 3145 de 17 de abril de 2020 - Prorroga o prazo definido na Resolução SMF nº 3134, de 20 de março de 2020.